

João Pessoa Cavalcanti Albuquerque: Biografia em Capítulos

Capítulo 1 – Origens e Família

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 24 de janeiro de 1878, no município de Umbuzeiro, interior da Paraíba. Era filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque, modesto funcionário público, e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Sua família materna ocupava posição de destaque no cenário político nacional. Era sobrinho de figuras como Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, e de Eptácio Pessoa, que se notabilizou como Ministro da Justiça, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente da República entre 1919 e 1922. Também era irmão de Aristarco Pessoa, comandante das forças revolucionárias de 1930 em Minas Gerais, e de José Pessoa, idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras e presidente do Clube Militar.

Essa rede familiar moldou seu ambiente e forneceu as bases para sua inserção no universo político e jurídico do país.

Capítulo 2 – Primeiros Estudos e Juventude

João Pessoa iniciou seus estudos em sua cidade natal. Aos 11 anos, foi enviado para Guarabira (PB) para continuar a formação sob a tutela de uma tia. Pouco depois, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital federal, e em seguida para Salvador.

Retornando à Paraíba em 1894, acompanhou o tio Eptácio Pessoa e ingressou no 27º Batalhão de Infantaria, com o intuito de seguir carreira militar. No ano seguinte, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Porém, sua trajetória militar foi conturbada. Após incidentes políticos envolvendo alunos da escola e o governo, João Pessoa foi desligado da instituição e rebaixado à tropa. Serviu no 4º Batalhão de Artilharia em Belém, sob condições adversas, até conseguir a baixa por alegada incapacidade física.

Capítulo 3 – Formação Jurídica e Início da Carreira

De volta à vida civil, João Pessoa ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1899, onde também atuou como amanuense. Formou-se em 1903 e passou a advogar entre Recife e a capital paraibana.

Pouco depois, iniciou sua trajetória em cargos públicos: foi delegado de ensino em Pernambuco, sub-bibliotecário da Faculdade de Direito e, em 1909, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou sua carreira jurídica ligada à Justiça Militar.

Capítulo 4 – A Carreira Jurídica e o Supremo Tribunal Militar

Após sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro em 1909, João Pessoa consolidou-se como uma figura de prestígio no meio jurídico e político nacional. Sua trajetória foi marcada pelo rigor técnico, pela firmeza de posições e por uma atuação que transcendeu os limites da burocracia estatal, inserindo-o no centro das disputas institucionais da Primeira República.

Inicialmente nomeado representante do Ministério da Fazenda em processos de desapropriação para obras públicas, destacou-se pela competência e pela capacidade de articulação em um ambiente político muitas vezes dominado por interesses regionais e clientelistas. Pouco depois, assumiu o cargo de auditor auxiliar da Marinha, função que lhe proporcionou uma experiência jurídica aprofundada no campo da Justiça Militar.

Seu nome ganhou projeção nacional em 1910, ao participar do julgamento da Revolta dos Marinheiros, movimento liderado por João Cândido, o "Almirante Negro", que, em protesto contra os castigos corporais e as precárias condições de trabalho, mobilizou os marinheiros em um dos episódios mais emblemáticos das lutas sociais da Primeira República. A atuação de João Pessoa no processo foi marcada por equilíbrio técnico, mas também por um perfil rigoroso, o que lhe rendeu tanto reconhecimento nos círculos jurídicos quanto críticas de setores progressistas.

A reputação de jurista austero e implacável foi reforçada em 1914, quando foi nomeado auditor-geral da Marinha, o mais alto posto jurídico daquela Força. Sua ascensão refletia, em parte, a influência de sua família, especialmente de seu tio Eptácio Pessoa, mas também o reconhecimento de sua competência técnica em um ambiente permeado por disputas políticas e militares.

Durante os últimos meses da Primeira Guerra Mundial, em 1918, João Pessoa foi designado ministro da Junta de Justiça Militar anexa à esquadra brasileira que se preparava para integrar o conflito na Europa, missão cancelada em decorrência do armistício. Mesmo sem ter embarcado, sua indicação simbolizava o prestígio que conquistara no âmbito militar e jurídico.

A culminação de sua carreira ocorreu em 1919, quando, já sob o governo de Eptácio Pessoa, foi nomeado interinamente ministro do então Supremo Tribunal Militar (STM), sendo efetivado no cargo em 1920, após a reestruturação da Justiça Militar promovida

pela Reforma Judiciária daquele ano. Seu ingresso na mais alta corte militar do país consolidou sua posição como um dos juristas mais influentes da época.

Ao longo da década de 1920, João Pessoa tornou-se figura central nos julgamentos envolvendo os chamados **movimentos tenentistas**, episódios de rebelião militar que contestavam a ordem política vigente e clamavam por reformas institucionais. Destacou-se, particularmente, nos processos da Revolta do Forte de Copacabana (1922) e do levante paulista de 1924, episódios que colocaram em debate o alcance da competência da Justiça Militar frente aos crimes políticos e conexos.

Embora o Decreto nº 4.861, de 1924, tenha transferido para os juízes federais o julgamento desses delitos, João Pessoa, alinhado a uma visão mais rígida e legalista, frequentemente defendia a competência da Justiça Militar para processar oficiais desertores ou insubordinados, o que o projetou como símbolo do conservadorismo jurídico-militar da época.

Sua postura inflexível não se restringia à interpretação da lei, mas também à cobrança de conduta dos próprios conselhos de justiça. Preocupado com as frequentes absolvições ou sentenças brandas em casos de deserção ou insubordinação, João Pessoa não hesitava em exigir a apuração de responsabilidades dos auditores e membros dos conselhos que, a seu ver, agiam com leniência. Não raro, suas exigências miravam altos oficiais, como o então major Eurico Gaspar Dutra, futuro presidente da República, que, ao presidir um conselho, havia absolvido um tenente desertor.

Tais episódios alimentaram a reputação de João Pessoa como um juiz severo, austero e, para muitos, implacável. Essa fama, embora tenha provocado antagonismos, foi fundamental para projetá-lo como homem público comprometido com o rigor institucional e o respeito às normas — traços que mais tarde moldariam sua imagem como presidente da Paraíba e candidato à vice-presidência da República.

Nesse período, João Pessoa consolidou-se, portanto, não apenas como jurista e magistrado, mas como um homem de Estado, cuja trajetória simbolizava o embate entre o ideal de legalidade e as profundas tensões sociais e políticas que fermentavam o Brasil nas vésperas da Revolução de 1930.

Capítulo 5 – O Governo da Paraíba

Apesar de sua carreira jurídica no Rio de Janeiro, João Pessoa manteve vínculos com a política paraibana, dominada pelo Partido Republicano da Paraíba (PRP), sob liderança de Epitácio Pessoa.

Em 1928, foi eleito presidente da Paraíba em candidatura única. Assumiu o governo propondo reformas administrativas, combate ao banditismo e modernização das finanças públicas. Implantou rigoroso sistema de arrecadação tributária, construiu escolas, estradas e promoveu o fortalecimento da economia, especialmente do algodão.

Entretanto, suas medidas, sobretudo a "guerra tributária" contra o comércio pernambucano, geraram forte oposição, liderada pelo poderoso coronel José Pereira, chefe político do município de Princesa.

Capítulo 6 – A Aliança Liberal e a Campanha de 1930

O cenário político nacional agravou-se com a ruptura entre Minas Gerais e São Paulo na sucessão presidencial. João Pessoa recusou apoio à candidatura oficial de Júlio Prestes e ingressou na Aliança Liberal, sendo escolhido candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Getúlio Vargas.

Sua recusa de apoiar Júlio Prestes ficou eternizada na expressão "Nego", posteriormente incorporada à bandeira paraibana. A campanha eleitoral, contudo, intensificou as tensões na Paraíba, culminando na Revolta de Princesa, chefiada por José Pereira.

Capítulo 7 – O Assassinato e as Consequências

Em meio ao agravamento da crise paraibana e nacional, João Pessoa foi assassinado em Recife, no dia 26 de julho de 1930, por João Dantas, aliado dos opositores de seu governo.

O crime teve grande repercussão, sendo explorado politicamente pela Aliança Liberal. Sua morte contribuiu decisivamente para o clima de comoção e revolta que culminaria na Revolução de 1930, responsável pela derrubada do presidente Washington Luís e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Capítulo 8 – Legado e Memória

Após sua morte, a capital da Paraíba foi rebatizada de João Pessoa em sua homenagem. A palavra "Nego" foi incorporada à bandeira do estado como símbolo de resistência e autonomia.

João Pessoa é lembrado como uma figura central da política paraibana e brasileira nas décadas de 1920 e 1930. Sua atuação firme na Justiça Militar, as reformas modernizadoras como presidente estadual e o papel que desempenhou na Aliança Liberal o tornaram personagem histórico incontornável no período pré-Revolução de 1930.

Seu legado é tema de vasta bibliografia e objeto de contínua análise histórica, símbolo de um tempo marcado por disputas políticas intensas, rupturas institucionais e transformações profundas no Brasil.